 <div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div> <div>VICE-GOVERNADOR Thiago Pampolha Gonçalves</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves - Interino</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Flávio Campos Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Rosangela de Souza Gomes</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Rafael Carneiro Monteiro Piaciani</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i></div> <div>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Demetrio Abdennur Farah Neto</i></div> <div>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <i>Edu Guimarães de Souza</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Kelly Christian Silveira de Mattos</i></div> <div>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL <i>José Mauro de Farias Junior</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR <i>Mariana Pisani Mata - Interina</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL <i>Bruno Felgueira Dauaire</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Alexandre Isquierdo Moreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER <i>Heloisa Helena de Alencar Aguiar</i></div> <div>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i></div>
<div>GOVERNO DO ESTADO</div> <div>www.rj.gov.br</div>	

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo	1
Gabinete do Governador	58
Governadoria do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Vice-Governadoria do Estado

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil	58
Gabinete do Governador
Governo	61
Planejamento e Gestão	61
Fazenda	61
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	62
Polícia Militar	62
Polícia Civil	67
Administração Penitenciária	67
Defesa Civil.....	69
Saúde	69
Educação.....	73
Ciência, Tecnologia e Inovação	75
Transportes e Mobilidade Urbana	77
Ambiente e Sustentabilidade
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento	77
Cultura e Economia Criativa	78
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	78
Esporte e Lazer	79
Turismo
Controladoria Geral do Estado
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro..	79
Trabalho e Renda.....	79
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
Transformação Digital.....	...
Infraestrutura e Cidades.....	80
Energia e Economia do Mar.....	...
Habitação de Interesse Social.....	80
Intergacional de Juventude e Envelhecimento Saudável	80
Mulher.....	80
Procuradoria Geral do Estado	80

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO	80
--	----

REPARTIÇÕES FEDERAIS
----------------------------	-----

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 9985 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DENOMINA DEPUTADO AMPLIATO CABRAL, O POUPA TEMPO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NO CAXIAS SHOPPING.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina Deputado Ampliato Cabral, o Poupa Tempo do Município de Duque de Caxias, localizado no Caxias Shopping.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Projeto de Lei nº 1161/2019
Autoria do Deputado: Rosenverg Reis.

Id: 2468687

OFÍCIO GG/PL Nº 57
RIO DE JANEIRO, 31 DE MARÇO DE 2023

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 10 de março de 2023, do Ofício nº 17-M, de 09 de março de 2023, Projeto de Lei n.º 2150 de 2013 de autoria do Deputado Dr. José Luiz Nanci que, “**OBRIGA AS CONCESSIONÁRIAS DE PEDÁGIO A FIXAR O CRONOGRAMA DE OBRAS DO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DO LOTE PREVISTO NO CONTRATO COM O GOVERNO DO ESTADO**”.

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado **RODRIGO BACELLAR**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 2150 DE 2013 DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO DR. JOSÉ LUIZ NANCI, QUE “OBRIGA AS CONCESSIONÁRIAS DE PEDÁGIO A FIXAR O CRONOGRAMA DE OBRAS DO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DO LOTE PREVISTO NO CONTRATO COM O GOVERNO DO ESTADO”.

Sem embargo da elogiável inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o presente Projeto de Lei que pretende obrigar as concessionárias de serviço público de manutenção de rodovias a fixarem, em suas praças de pedágio, informativo do Cronograma de Obras, com atualizações semanais.

A iniciativa legislativa, embora de destacado valor, extrapola a competência do Poder Legislativo, pois interfere diretamente nos contratos administrativos firmados entre prestadoras de serviço público e o poder concedente.

Com efeito, a implementação dos termos da medida implicaria em aumento dos custos da prestação dos serviços. Importa considerar no contrato de prestação de serviço público ficam estabelecidas obrigações a serem cumpridas pelo contratado, bem como a remuneração que lhe compete, ficando instituído um equilíbrio econômico-financeiro com base no art. 37, XXI da Carta Federal e no art. 9º, §4º da Lei nº 8.987/95.

Impende ressaltar, que a imposição de novas obrigações aos concessionários, permissionários e demais empresas prestadoras de serviço público ocasionaria verdadeiro desequilíbrio contratual, o que certamente refletiria na qualidade dos serviços e no valor das tarifas cobradas ao consumidor final.

Ademais cabe ao Chefe do Poder Executivo, a competência privativa para apresentar propostas que disponham sobre as atribuições dos órgãos da Administração Pública, ou seja, que estabeleçam normas a respeito dos serviços a serem prestados.

Sendo assim, é forçoso concluir que a proposta padece de vício de iniciativa formal, contrariando o Princípio da Separação dos Poderes, estampado no artigo 2º da Constituição Federal e no artigo 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços destacou que a iniciativa poderia causar congestionamentos eis que além do alto número de carros que transitam nas praças de pedágio diariamente, a iniciativa demandaria a leitura do informativo para que seu conteúdo fosse repassado.

Já a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do Rio de Janeiro destacou que a iniciativa só seria aplicável a concessionária Rota 116, eis que a CCR ViaLagos já concluiu todos os investimentos previstos contratualmente.

Destacou ainda, que a utilização de outros meios de comunicação, com periodicidade adequada, atingiria maior número de usuários, esclarecendo que os detalhes dos investimentos já estão disponíveis para consulta no seu sítio eletrônico.

Pelos motivos aqui expostos, não me restou outra opção a não ser a de apor o veto total que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2468688

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 48.444 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2024-2027, DA LEI ORÇAMENTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO:

- a Constituição Estadual de 1989, que estabelece no Título VI - Capítulo II, Seção II, art. 209, o funcionamento da Administração Pública

sob o marco de três leis hierarquizadas e integradas: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei de Orçamento Anual - LOA;

- a Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, que recomenda a ação planejada e transparente como pressuposto de gestão fiscal responsável, bem como que o Projeto de Lei do Orçamento Anual seja elaborado de forma compatível com o PPA e a LDO;

- a Lei Complementar Federal 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal;

- a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, regulamentada, no Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto 43.597, de 16 de maio de 2012, determina a transparência de informações para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

- o que consta do Processo nº SEI-120001/001920/2023;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - O presente Decreto disciplina a elaboração dos Projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA 2024-2027, e da Lei Orçamentária Anual, para 2024, dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, dos Fundos Especiais, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado seja acionista majoritário.

§ 1º - Atuarão como responsáveis pela elaboração dos Projetos de Lei do PPA 2024-2027 e da Lei Orçamentária, para 2024, os titulares das Assessorias Setoriais de Planejamento e Orçamento - ASPLO, no caso das Secretarias de Estado, e nas entidades da Administração Indireta, por servidores indicados pelos seus respectivos titulares, quando não houver ASPLO, para comporem as seguintes redes:

a) de Planejamento, sendo responsável pela elaboração da programação do PPA 2024-2027;

b) de Orçamento, sendo responsável pela elaboração da Lei Orçamentária Anual, para 2024.

§ 2º - A elaboração da Lei Orçamentária Anual, para 2024, pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pela Defensoria Pública, no que couber e sem prejuízo de sua autonomia e respectivas competências, terá uma etapa específica, de acordo o cronograma de eventos definidos por Resolução.

Art. 2º - Os Projetos de Lei do PPA 2024-2027 e da Lei Orçamentária Anual, para 2024, a serem encaminhadas pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, serão coordenados, supervisionados e consolidados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, através da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SUBPLO, obedecendo os cronogramas de eventos definidos por Resoluções específicas.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias farão a revisão de suas respectivas legislações e atribuições, devendo permanecer registradas no Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG apenas as que estiverem em vigor.

Parágrafo Único - As normas constantes da legislação de cada Unidade Orçamentária serão acompanhadas da respectiva ementa e deverão versar sobre sua estrutura organizacional e competências.

Art. 4º - Os Projetos de Lei do PPA 2024-2027 e da Lei Orçamentária Anual, referente aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para 2024, serão processados através do Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG, nos respectivos submódulos de Elaboração do PPA e de Elaboração da LOA.

CAPÍTULO II
DA ELABORAÇÃO DO PPA 2024-2027

Art. 5º - Para a elaboração do PPA 2024-2027, toda iniciativa do Go- verno Estadual deverá ser estruturada em Programas, temáticos e multissetoriais, orientados à consecução das diretrizes estratégicas.

§ 1º - Entende-se por iniciativa, a contribuição de um órgão específico para o enfrentamento de uma causa, de um problema, ou para o aproveitamento de uma oportunidade, que recebe recursos de uma ou mais ações orçamentárias e agrega produtos, que são os bens e ser- viços finalísticos entregues ao público-alvo, tendo seus resultados mensurados por indicadores.

§ 2º - Para orientar a formulação dos Programas que integrarão o PPA e os Orçamentos Anuais, a SEPLAG/SUBPLO editará as normas e os critérios a serem seguidos, por Resolução.

§ 3º - A elaboração do PPA deverá seguir as orientações definidas no Manual de Elaboração do PPA 2024-2027, publicado na página da Rede de Planejamento, no endereço www.planejamento.rj.gov.br/guias-e-manuais.

Art. 6º - As realizações e os resultados dos Programas instituídos pe- lo PPA serão anualmente avaliados, com vistas à revisão do Plano, à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Or- çamentária Anual - LOA.

§ 1º - As informações relativas à execução da programação setorial serão de responsabilidade de cada órgão ou entidade, mediante me- todologia a ser publicada pela SEPLAG/SUBPLO.

§ 2º - O Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SI- PLAG, será o instrumento para o acompanhamento da execução do PPA, bem como para sua revisão.

CAPÍTULO III
DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2024

SEÇÃO I
DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ORÇAMENTO FISCAL,
DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS

Art. 7º - A Proposta Orçamentária Anual, referente aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para 2024, deverá observar as metas fiscais e prioridades estabelecidas pela Lei de Di- retrizes Orçamentárias e na elaboração do Plano Plurianual 2024 - 2027, além de nortear-se pela manutenção do equilíbrio fiscal.

Parágrafo Único - Deverão ser atendidos, prioritariamente, os proje- tos em andamento, com continuidade prevista no exercício de 2024, e as despesas para conservação do patrimônio público, conforme o pa- rágrafo único, do art. 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º - Para atender ao disposto no art.7º, serão definidos limites para as despesas, respeitando os limites da meta fiscal da LDO, a serem detalhadas na Proposta Orçamentária dos órgãos e entidades,

Art. 9º - As Empresas Estatais não dependentes elaborarão seus or- çamentos de investimentos, de acordo com o cronograma de eventos definido em Resolução.

SEÇÃO II
DO DETALHAMENTO DAS RECEITAS

Art. 10 - As Secretarias de Estado e as entidades da Administração Indireta que desenvolvam programas que tenham base em concessão de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia deverão encaminhar à Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, as estimativas regionalizadas dos efei- tos desses benefícios.

Parágrafo Único - A SEFAZ deverá consolidar as informações e da- dos de que trata o caput deste artigo e encaminhar demonstrativo consolidado à SEPLAG.

Art. 11 - A SEFAZ deverá detalhar no SIPLAG, as estimativas de re- ceita de origem tributária, as provenientes de transferências, opera- ções de crédito, de royalties e demais receitas do Tesouro, de acordo com o cronograma, para os exercícios de 2024 a 2027, acompanha- das da metodologia, memória de cálculo e respectiva legislação.

Art. 12 - As Unidades Orçamentárias que possuam recursos próprios deverão detalhar, no SIPLAG, as estimativas das suas receitas para os exercícios de 2024 a 2027, acompanhadas da metodologia e me- mória de cálculo.

§ 1º - As receitas provenientes de convênios, previstas para o período de 2024 a 2027, serão detalhadas em submódulo próprio do SIPLAG, discriminando o valor, o cronograma de desembolso previsto e a con- trapartida necessária.

§ 2º - Deverá ser garantida a contrapartida dos recursos, no deta- lhamento da despesa, para os convênios.

Art. 13 - Para a inclusão de receitas intraorçamentárias (Receitas Correntes Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas cate- gorias econômicas), deverão ser informados quais os órgãos, Fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Se- guridade Social que tem como contrapartida o lançamento de despe- sa, no âmbito da mesma esfera de governo.

Parágrafo Único - As despesas intraorçamentárias (representadas pe- la modalidade de aplicação 91) serão consignadas na lei orçamentária anual quando os valores forem equivalentes aos lançamentos das re- ceitas intraorçamentárias. Caso contrário, compete à SEPLAG promo- ver os ajustes.

SEÇÃO III
DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DETALHADO

Art. 14 - O Planejamento Orçamentário Detalhado - POD, do Poder Executivo, será realizado pelos órgãos e entidades setoriais, no SI- PLAG, e deverá conter o detalhamento da despesa em nível de de- sagregação suficiente para a identificação do insumo para viabilização da atividade, iniciativa ou projeto.

§ 1º - Para a consecução dos objetivos do caput, cada despesa de- talhada pelo setorial conterá a seguinte composição mínima:

I - Unidade de Planejamento;

II - Unidade Orçamentária;

III - Programa de Trabalho;

IV - Fonte de Recursos;

V - Natureza da despesa no nível de subelemento;

VI - Item unitário da despesa;

VII - Informações complementares.

§ 2º - Ficam dispensadas do detalhamento acima as despesas dos Grupos de Gastos (GG) L3 - Outras Atividades de Caráter Obrigatório e L9 - Reserva de Contingência, sendo estas detalhadas no módulo de Elaboração da LOA, contendo estrutura prevista no art.17.

§ 3º - As Unidades Orçamentárias poderão requerer, justificadamente, remanejamento de limites entre as despesas durante a etapa de ela- boração do POD, sem alterar o valor global disponível no grupo de gastos.

§ 4º - Em caso de alteração no detalhamento das receitas, o limite estabelecido para o POD poderá sofrer variação durante a etapa de sua elaboração no SIPLAG. Neste caso, a Unidade será informada pelo Órgão Central quanto à necessidade de ajustes.

SEÇÃO IV
DO PLANO DE INVESTIMENTOS DO PODER EXECUTIVO DO ES-
TADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 15 - As ações orçamentárias classificadas no Grupo de Gasto L5- Projetos, deverão estar refletidas no Plano de Investimentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - PIERJ, conforme art. 9º, do instituído pelo Decreto nº 46.666, de 20 de maio de 2019, con- forme normas definidas em Resolução.

§ 1º - As ações orçamentárias classificadas no GG L5 - Projetos, que não estejam refletidas no PIERJ, conforme o cronograma estabeleci- do, serão submetidas à reclassificação do Grupo de Gasto ou excluí- das do PPA.

§ 2º - Os projetos do PIERJ deverão ser detalhados no POD, caso contrário não integrarão o PLOA, para 2024.

§ 3º - Os projetos de investimentos integrantes do PIERJ serão objeto de análise de riscos, sob o prisma da viabilidade de implementação, viabilidade orçamentário-financeira e impacto na sustentabilidade fi- nanceira e equilíbrio fiscal.

SEÇÃO V
DA COMPLEMENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO DETALHAMENTO DA
DESPESA

Art. 16 - Os dados do POD dos órgãos e entidades setoriais serão imputados no SIPLAG, de forma automatizada, pelo Órgão Central de Planejamento e Orçamento.

Parágrafo Único - Serão remetidos os dados referentes à estrutura do Projeto de Lei Orçamentária Anual, no nível de detalhamento aba- ixo descrito:

I - Unidade Orçamentária;

II - Programa de Trabalho;

III - Fonte de Recursos;

IV - Natureza da despesa no nível de elemento.

Art. 17 - Os órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, dos Fundos Especiais, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado seja acionista majoritário, por meio dos in- dicados no § 1º, do Art. 1º, deste Decreto, cadastrados no SIPLAG para a Elaboração da LOA 2024, terão prazo estabelecido em ato próprio, para realizar as etapas abaixo descritas:
I - detalhamento dos GG L3 e L9;

II - identificação de Uso;

III - validação dos dados finais de detalhamento da despesa.

§ 1º - Exceto pelas etapas descritas neste artigo, os órgãos e en- tidades setoriais não poderão alterar o detalhamento das despesas nesta fase de elaboração.

§ 2º - O código de Identificador de Uso 6 (Contrapartida de Trans- ferências Voluntárias) deverá ser utilizado para indicar os recursos de que trata o art. 12, §2º, deste decreto.

§ 3º - Após o prazo estabelecido no caput deste artigo, os detalha- mentos de despesa serão considerados validados.

§ 4º - Os valores estimados de receitas próprias das Unidades Or- çamentárias, conforme art. 12, deste decreto, deverão ser integral- mente utilizados para a fixação de despesas na etapa do POD e/ou na etapa dos GG L3 e L9.

SEÇÃO VI
DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Art. 18 - O Órgão Central de Planejamento e Orçamento consolidará a proposta orçamentária, realizando os ajustes para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, observando a Lei de Diretrizes Or- çamentárias, o disposto neste decreto e as demais legislações per- tinentes.

Art. 19 - Fica delegada competência à SEPLAG para, através de ato próprio, definir as normas complementares à elaboração dos Projetos de Lei do PPA 2024-2027 e da Lei Orçamentária Anual dos Orçamen- tos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para 2024.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2468758

DECRETO Nº 48.445 DE 31 DE MARÇO DE 2023

ESTABELECE DIRETRIZES APLICÁVEIS ÀS
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE
ECONOMIA MISTA DO ORÇAMENTO DE IN-
VESTIMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEI-
RO DE 2023 DO ESTADO DO RIO DE JANEI-
RO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), Lei Federal nº 4.320/64 , de 17 de março de 1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elabo- ração e Controle dos Orçamentos e Balanços), nas Leis Estaduais nº 287, de 04 de dezembro de 1979, nº 8.730, de 24 de janeiro de 2020 (Plano Plurianual - 2020/2023 - PPA), nº 9.549, de 12 de janeiro de 2022 (Revisão do Plano Plurianual), nº 9.808, de 22 de julho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 - LDO), nº 9.970, de 12 de janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual para 2023 - LOA), no Decreto nº 48.064, de 06 de maio de 2022, alterado pelo Decreto nº 48.343, de 31 de janeiro de 2023, na Resolução SEPLAG nº 137, de 18 de julho de 2022, e as demais disposições legais pertinentes, e o disposto no Processo nº SEI-120001/001642/2023;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As normas deste decreto aplicam-se às sociedades de eco- nomia mista e empresas públicas inseridas no âmbito do Orçamento de Investimento com a especificação de empresas não dependentes de recursos do Tesouro Estadual, conforme as disposições do art. 20, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023.

§ 1º - Não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de In- vestimento as normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orça- mento e às demonstrações contábeis.

§ 2º - As sociedades de economia mista e empresas públicas não dependentes devem considerar os padrões e normas instituídas pela Lei Federal nº 4.320/64, no que couber, referente à publicação de or- çamentos e balanços, ajustados as respectivas peculiaridades a que se destinam.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES DE EXECUÇÃO

Art. 2º - As sociedades de economia mista e empresas públicas não dependentes, inseridas no Orçamento de Investimento do Estado do Rio de Janeiro, encaminharão, até o dia 15 do mês subsequente ao de referência, o detalhamento mensal do Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2023, conforme o Anexo I deste Decreto, com- preendendo os demonstrativos abaixo discriminados:

I - Discriminação das Origens de Recursos - DICOR (Anexo I.A);

II - Discriminação das Aplicações dos Recursos - DICAR (Anexo I.B);

III - Demonstração do Fluxo de Caixa - DFLUX (Anexo I.C);

IV - Fechamento do Fluxo de Caixa - FEFCX (Anexo I.D);

V - Usos e Fontes dos Recursos (Anexo I.E);


VI - Resultados Primário e Nominal (Anexo I.F);

VII - Posição de Endividamento (Anexo II).

§ 1º - As sociedades de economia mista e empresas públicas não dependentes deverão encaminhar, quando solicitado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a Posição do En- dividamento - Acompanhamento Mensal do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Decreto.

§ 2º - As entradas e as aplicações dos recursos das tabelas do Ane- xo I.A e I.B serão demonstradas segundo o regime de competência.

§ 3º - As entradas e as aplicações dos recursos a que se referem os Anexos I.C e I.D serão demonstradas segundo o regime de caixa.



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrô- nica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL


RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.


PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R\$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máxi- mo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 01 de Abril de 2023 às 02:20:02 -0300.

§ 4º - As sociedades de economia mista e as empresas públicas não dependentes, registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, apresentarão as informações por trimestre, nos seguintes prazos: 22 de maio de 2023, 21 de agosto de 2023, 21 de novembro de 2023 e 22 de abril de 2024.

Art. 3º - Caberá às empresas estatais não dependentes, as seguintes disposições:

I - Observar o parâmetro de até 20% de utilização de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias do Orçamento de Investimento, conforme art. 7º, inciso I, da Lei Orçamentária Anual - LOA 2023.

II - Acompanhar as orientações e recomendações complementares emanadas pela SEPLAG referentes à execução do Programa de Dispendios Globais - PDG e do Orçamento de Investimento - com propósito de manter a uniformidade de conceitos, normas e procedimentos à estrutura normativa orçamentária do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - Os gestores das empresas estatais são responsáveis pelo registro, fidedignidade e conteúdo dos dados econômico-financeiros prestados no âmbito da execução do PDG e do Orçamento de Investimento.

Art. 4º - Os processos de alterações orçamentárias, referentes ao PDG e ao Orçamento de Investimento, deverão conter a assinatura eletrônica do presidente da empresa e da diretoria responsável e serão encaminhados, posteriormente, pela SEPLAG para publicação das respectivas alterações.

Parágrafo Único - As alterações de que trata o caput deste artigo deverão conter as seguintes informações:

I - Em caso de créditos por remanejamento de despesa:

- a) programa de trabalho completo;
b) fonte de recursos;
c) classificação econômica da despesa, conforme a natureza da solicitação;
d) valores das dotações atuais e propostas; e
e) relatório DICAR, com as respectivas alterações.
- II - Em caso de créditos por excesso de arrecadação:

- a) programa de trabalho completo;
b) memória de cálculo da reestimativa de receita;
c) fonte de recursos;
d) classificação econômica da despesa, conforme a natureza da solicitação;

- e) classificação econômica da receita;
f) valores das dotações atuais e propostos; e
g) relatórios DICAR e DICOR, com as respectivas alterações.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º - Os dados e informações solicitados nos artigos 2º e 4º, referente à competência do mês de janeiro, deverão ser encaminhados no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de publicação deste Decreto, exceto as sociedades de economia mista e empresas públicas não dependentes registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que deverão seguir as regras específicas do § 4º, do art.2º, deste Decreto.

Art. 6º - As sociedades de economia mista e empresas públicas não dependentes deverão encaminhar, em único processo, todos os documentos, demonstrativos e solicitações tratados neste Decreto, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI-RJ, à unidade SEPLAG/CHEGAB, mediante o Tipo Processual "Orçamento: Programa de Dispendios Globais - PDG".

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2468720

Anexo I.A - Discriminação das Origens de Recursos - DICOR			
CÓDIGO	ITENS ORÇAMENTÁRIOS	SETOR	VALORES
1.100.000.000	RECEITAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
1.100.010.000	AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
1.100.010.100	APORTES DO TESOURE NACIONAL	SPE/SF	-
1.100.010.200	APORTES DE EMPRESAS ESTATAIS	SPE/SF	-
1.100.010.210	CONTROLADORA	SPE/SF	-
1.100.010.220	OUTRAS EMPRESAS	SPE/SF	-
1.100.019.000	OUTROS RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
1.100.020.000	ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
1.100.020.100	ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	SPE/SF	-
1.100.020.200	ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEL	SPE/SF	-
1.100.020.300	ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	SPE/SF	-
1.100.029.000	OUTRAS ALIENAÇÕES DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
1.100.030.000	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
1.100.030.100	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	SPE/SF	-
1.100.030.200	GANHOS NA ALIENAÇÃO DO INTANGÍVEL	SPE/SF	-
1.100.030.300	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	SPE/SF	-
1.100.039.000	OUTROS GANHOS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
1.100.040.000	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	-
1.100.040.100	NO PAÍS	SPE/SF	-
1.100.040.110	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	-
1.100.040.120	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	-
1.100.040.130	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	-
1.100.040.200	NO EXTERIOR	SPE/SF	-
1.100.040.210	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	-
1.100.040.220	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	-
1.100.040.230	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	-
1.100.050.000	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	-
1.100.060.000	OBTENÇÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
1.100.060.100	NO PAÍS	SPE	-
1.100.060.200	NO EXTERIOR	SPE	-
1.100.070.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS	SF	-
1.100.070.100	NO PAÍS	SF	-
1.100.070.200	NO EXTERIOR	SF	-
1.100.080.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS CONCEDIDOS	SF	-
1.100.090.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOS CONCEDIDOS	SPE	-
1.100.090.100	NO PAÍS	SPE	-
1.100.090.200	NO EXTERIOR	SPE	-
1.100.100.000	EMIÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
1.100.100.100	EMIÇÃO DE LETRAS	SPE/SF	-
1.100.100.200	EMIÇÃO DE DEBÊNTURES	SPE/SF	-
1.100.190.000	OUTRAS EMISSÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
1.100.200.000	RESGATE DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
1.100.200.100	RESGATE DE LETRAS	SPE/SF	-
1.100.200.200	RESGATE DE DEBÊNTURES	SPE/SF	-
1.100.290.000	OUTROS RESGATES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
1.100.300.000	SUBVENÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PRINCIPAL	SF	-
1.100.400.000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	-
1.100.400.100	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SF	-
1.100.400.200	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SF	-
1.100.490.000	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	-
1.100.500.000	RESGATE DE PRINCIPAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
1.100.500.100	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SPE/SF	-
1.100.500.200	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SPE/SF	-
1.100.590.000	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
1.100.600.000	RECURSOS DO TESOURE NACIONAL	SF	-
1.100.700.000	RECURSOS DE FUNDOS	SPE/SF	-
1.100.700.100	FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM	SF	-
1.100.700.200	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SF	-
1.100.700.300	FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC	SF	-
1.100.700.400	FUNDO NACIONAL DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	SF	-
1.100.700.500	FUNDOS CONSTITUCIONAIS	SF	-
1.100.700.510	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE - FCO	SF	-
1.100.700.520	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE	SF	-
1.100.700.530	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	SF	-
1.100.700.600	FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	-
1.100.700.610	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FDA	SF	-
1.100.700.620	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO	SF	-
1.100.700.630	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE	SF	-
1.100.700.690	OUTROS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	-
1.100.700.700	FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	-
1.100.700.710	RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR	SPE	-
1.100.700.720	CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	SPE	-
1.100.700.730	CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC	SPE	-
1.100.700.790	OUTROS FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	-
1.100.790.000	OUTROS FUNDOS	SPE/SF	-
1.100.800.000	RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	SPE/SF	-
1.100.800.100	DEPÓSITOS À VISTA	SPE/SF	-
1.100.800.200	DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	-
1.100.900.000	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	-
1.101.000.000	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SPE/SF	-
1.101.010.000	DIVIDENDOS	SPE/SF	-
1.101.020.000	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	SPE/SF	-
1.102.000.000	SUBSÍDIOS DO TESOURE ESTADUAL	SPE/SF	-
1.190.000.000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
1.200.000.000	RECEITAS CORRENTES	SPE/SF	-
1.200.010.000	VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	SPE	-
1.200.010.100	VENDA DE PRODUTOS	SPE	-
1.200.010.200	VENDA DE SERVIÇOS	SPE	-
1.200.020.000	TARIFAS E SERVIÇOS BANCÁRIOS	SF	-
1.200.030.000	ALUGUEL	SPE/SF	-
1.200.040.000	ABATIMENTOS OBTIDOS NA COMPRA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	-
1.200.050.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	-
1.200.060.000	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	SPE/SF	-
1.200.070.000	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO BAIXADO COMO PREJUÍZO	SPE/SF	-
1.200.080.000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL CEDIDO	SPE/SF	-
1.200.090.000	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	SPE/SF	-
1.200.090.100	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	SPE/SF	-
1.200.099.000	OUTROS ADIANTAMENTOS	SPE/SF	-
1.200.100.000	RECEITAS FINANCEIRAS	SPE/SF	-

1.200.101.000	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SF	
1.200.101.100	NO PAÍS	SF	
1.200.101.110	EMPRÉSTIMOS	SF	
1.200.101.120	FINANCIAMENTOS	SF	
1.200.101.130	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SF	
1.200.101.200	NO EXTERIOR	SF	
1.200.101.210	EMPRÉSTIMOS	SF	
1.200.101.220	FINANCIAMENTOS	SF	
1.200.101.230	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SF	
1.200.102.000	RENDAS DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SF	
1.200.103.000	SUBVENÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ENCARGOS FINANCEIROS	SF	
1.200.104.000	RENDAS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
1.200.104.100	NO PAÍS	SPE	
1.200.104.200	NO EXTERIOR	SPE	
1.200.105.000	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
1.200.105.100	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	SPE/SF	
1.200.105.200	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SPE/SF	
1.200.105.300	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SPE/SF	
1.200.105.900	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
1.200.106.000	RENDAS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
1.200.107.000	RENDAS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
1.200.107.100	AQUISIÇÃO DE LETRAS	SPE/SF	
1.200.107.200	AQUISIÇÃO DE DEBÊNTURES	SPE/SF	
1.200.107.900	OUTRAS AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
1.200.108.000	DESCONTOS OBTIDOS NA COMPRA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	
1.200.190.000	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
1.290.000.000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SPE/SF	
1.300.000.000	TOTAL DOS RECURSOS	SPE/SF	
1.400.000.000	OUTRAS RECEITAS	SPE/SF	
1.400.010.000	REVERSÃO DE PROVISÕES	SPE/SF	
1.400.010.100	DEMANDAS CÍVEIS	SPE/SF	
1.400.010.200	DEMANDAS FISCAIS	SPE/SF	
1.400.010.300	DEMANDAS TRABALHISTAS	SPE/SF	
1.400.010.400	DEMANDAS AMBIENTAIS	SPE/SF	
1.400.010.500	OUTRAS DEMANDAS JUDICIAIS	SPE/SF	
1.400.010.600	PERDAS POR REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)	SPE/SF	
1.400.010.700	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD	SPE/SF	
1.400.010.800	PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	
1.400.019.000	OUTRAS REVERSÕES DE PROVISÕES	SPE/SF	
1.900.000.000	TOTAL GERAL DOS RECURSOS	SPE/SF	

ABREVIACÃO	SIGNIFICADO
SF	SETOR FINANCEIRO
SE	SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Id: 2468721

Anexo I.B - Discriminação das Aplicações dos Recursos - DICAR			
CÓDIGO	ITENS ORÇAMENTÁRIOS	SETOR	VALORES
2.100.000.000	DESPESAS DE CAPITAL	SPE/SF	
2.101.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS	SPE/SF	
2.101.010.000	NO PAÍS	SPE/SF	
2.101.010.100	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	
2.101.010.200	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	
2.101.010.300	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.101.010.310	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.101.010.320	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.101.010.330	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.101.010.390	OUTRAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.101.020.000	NO EXTERIOR	SPE/SF	
2.101.020.100	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	
2.101.020.200	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	
2.101.020.300	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.101.020.310	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.101.020.320	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.101.020.330	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.101.020.390	OUTRAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.102.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOSOBTIDOS	SPE/SF	
2.103.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOS OBTIDOS	SPE	
2.103.010.000	NO PAÍS	SPE	
2.103.020.000	NO EXTERIOR	SPE	
2.104.000.000	CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SF	
2.104.010.000	NO PAÍS	SF	
2.104.020.000	NO EXTERIOR	SF	
2.105.000.000	CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SF	
2.106.000.000	CONCESSÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
2.106.010.000	NO PAÍS	SPE	
2.106.020.000	NO EXTERIOR	SPE	
2.107.000.000	INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	SPE/SF	
2.107.010.000	IMOBILIZADO	SPE/SF	
2.107.010.100	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.107.010.200	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.107.010.300	SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.107.010.310	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.107.010.320	AQUISIÇÃO E/OU DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES DEPROCESSAMENTO DE DADOS	SPE/SF	
2.107.010.390	OUTROS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.107.010.400	SISTEMAS DE SEGURANÇA	SPE/SF	
2.107.010.500	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	SPE/SF	
2.107.010.600	SISTEMAS DE TRANSPORTE	SPE/SF	
2.107.010.700	PESSOAL DE INVESTIMENTO	SPE/SF	
2.107.019.000	OUTROS INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	SPE/SF	
2.107.020.000	INTANGÍVEL	SPE/SF	
2.107.020.100	SOFTWARES	SPE/SF	
2.107.020.200	DIREITOS DE USO, FRUIÇÃO E EXPLORAÇÃO	SPE/SF	
2.107.020.300	DIREITOS POR AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	SPE/SF	
2.107.020.400	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	SPE/SF	
2.107.020.500	DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS	SPE/SF	
2.107.020.600	ÁGIO BASEADO EM EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA	SPE/SF	
2.107.029.000	OUTROS INTANGÍVEIS	SPE/SF	
2.108.000.000	INVERSÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.108.010.000	SOCIEDADE CONTROLADA	SPE/SF	
2.108.010.100	SUBSIDIÁRIA INTEGRAL	SPE/SF	
2.108.010.200	DEMAIS SOCIEDADES CONTROLADAS	SPE/SF	
2.108.010.210	CONTROLE INDIVIDUAL	SPE/SF	
2.108.010.220	CONTROLE EM CONJUNTO	SPE/SF	
2.108.010.230	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICOCONTROLADAS - SPE-C	SPE/SF	
2.108.020.000	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES COLIGADAS	SPE/SF	
2.108.020.100	ESTATAIS FEDERAIS	SPE/SF	
2.108.020.200	ESTATAIS ESTADUAIS	SPE/SF	
2.108.020.300	ESTATAIS MUNICIPAIS	SPE/SF	
2.108.020.400	EMPRESAS PRIVADAS	SPE/SF	
2.108.020.410	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO NÃO CONTROLADAS - SPE-NC	SPE/SF	
2.108.020.490	PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS PRIVADAS	SPE/SF	
2.108.900.000	OUTRAS INVERSÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.190.000.000	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	SPE/SF	
2.190.010.000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.190.010.100	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SPE/SF	
2.190.010.200	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SPE/SF	
2.190.019.000	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.190.020.000	RESGATE DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
2.190.020.100	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SF	
2.190.020.200	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SF	
2.190.029.000	RESGATE DE OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
2.190.030.000	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL - DEVOLUÇÃO DE PRINCIPAL	SF	
2.190.040.000	FUNDOS - DEVOLUÇÃO DE RECURSOS - PRINCIPAL	SPE/SF	
2.190.040.100	FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM	SF	

2.190.040.200	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SF	
2.190.040.300	FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC	SF	
2.190.040.400	FUNDO NACIONAL DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	SF	
2.190.040.500	FUNDOS CONSTITUCIONAIS	SF	
2.190.040.510	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE - FCO	SF	
2.190.040.520	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE	SF	
2.190.040.530	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	SF	
2.190.040.600	FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	
2.190.040.610	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FDA	SF	
2.190.040.620	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO	SF	
2.190.040.630	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE	SF	
2.190.040.690	OUTROS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	
2.190.040.700	FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	
2.190.040.710	RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR	SPE	
2.190.040.720	CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	SPE	
2.190.040.730	CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC	SPE	
2.190.040.790	OUTROS FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	
2.190.049.000	OUTROS FUNDOS	SPE/SF	
2.190.050.000	DEPÓSITOS	SPE/SF	
2.190.050.100	DEPÓSITOS À VISTA	SPE/SF	
2.190.050.200	DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
2.190.060.000	AQUISIÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.190.060.100	AQUISIÇÃO DE LETRAS	SPE/SF	
2.190.060.200	AQUISIÇÃO DE DEBÊNTURES	SPE/SF	
2.190.069.000	OUTRAS AQUISIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.190.070.000	RESGATE DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.190.070.100	RESGATE DE LETRAS	SPE/SF	
2.190.070.200	RESGATE DE DEBÊNTURES	SPE/SF	
2.190.079.000	OUTROS RESGATES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.190.080.000	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	
2.190.080.100	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	SPE/SF	
2.190.080.200	PERDAS NA ALIENAÇÃO DO INTANGÍVEL	SPE/SF	
2.190.080.300	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	SPE/SF	
2.190.089.000	OUTRAS PERDAS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	
2.190.090.000	DESPESAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	
2.190.100.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS ACIONISTAS	SPE/SF	
2.190.100.100	DIVIDENDOS	SPE/SF	
2.190.100.200	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - JCP	SPE/SF	
2.190.200.000	REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	
2.199.000.000	DEMAIS DESPESAS DE CAPITAL	SPE/SF	
2.200.000.000	DESPESAS CORRENTES	SPE/SF	
2.201.000.000	DESPESAS DE PESSOAL	SPE/SF	
2.201.010.000	REMUNERAÇÃO	SPE/SF	
2.201.010.100	SALÁRIOS	SPE/SF	
2.201.010.110	SALÁRIO BASE	SPE/SF	
2.201.010.120	VANTAGENS PESSOAIS	SPE/SF	
2.201.010.200	COMISSÕES E GRATIFICAÇÕES	SPE/SF	
2.201.010.300	ADICIONAIS	SPE/SF	
2.201.010.400	13º SALÁRIO	SPE/SF	
2.201.010.500	FÉRIAS	SPE/SF	
2.201.010.600	HORAS EXTRAS	SPE/SF	
2.201.019.000	OUTRAS DESPESAS DE REMUNERAÇÃO	SPE/SF	
2.201.020.000	ENCARGOS SOCIAIS	SPE/SF	
2.201.020.100	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SPE/SF	
2.201.020.200	PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	SPE/SF	
2.201.029.000	OUTRAS DESPESAS DE ENCARGOS SOCIAIS	SPE/SF	
2.201.030.000	BENEFÍCIOS	SPE/SF	
2.201.030.100	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	SPE/SF	
2.201.030.200	AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO	SPE/SF	
2.201.030.300	CESTA BÁSICA	SPE/SF	
2.201.030.400	AUXÍLIOS CRECHE E EDUCAÇÃO	SPE/SF	
2.201.030.500	AUXÍLIO TRANSPORTE	SPE/SF	
2.201.031.000	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	SPE/SF	
2.201.031.100	CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO PATROCINADOR	SPE/SF	
2.201.031.110	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	SPE/SF	
2.201.031.120	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	SPE/SF	
2.201.031.130	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL	SPE/SF	
2.201.031.190	OUTRAS FORMAS DE PLANO DE BENEFÍCIO	SPE/SF	
2.201.031.200	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PATROCINADOR	SPE/SF	
2.201.031.210	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	SPE/SF	
2.201.031.220	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	SPE/SF	
2.201.031.230	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL	SPE/SF	
2.201.031.290	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	SPE/SF	
2.201.031.300	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (COBERTURA DE DEFICIT)	SPE/SF	
2.201.031.900	OUTRAS DESPESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	SPE/SF	
2.201.039.000	OUTROS BENEFÍCIOS	SPE/SF	
2.201.040.000	DESLIGAMENTOS E PÓS-EMPREGO	SPE/SF	
2.201.040.100	INATIVOS E PENSIONISTAS	SPE/SF	
2.201.040.200	PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV	SPE/SF	
2.201.050.000	DEMANDAS TRABALHISTAS	SPE/SF	
2.201.060.000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL CEDIDO	SPE/SF	
2.201.070.000	TREINAMENTO	SPE/SF	
2.201.070.100	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.201.079.000	OUTRAS ÁREAS DE FORMAÇÃO	SPE/SF	
2.201.900.000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL	SPE/SF	
2.202.000.000	DESPESAS COM DIRIGENTES	SPE/SF	
2.202.010.000	REMUNERAÇÃO FIXA	SPE/SF	
2.202.010.100	HONORÁRIOS	SPE/SF	
2.202.010.200	FÉRIAS E ADICIONAL	SPE/SF	
2.202.010.300	GRATIFICAÇÃO NATALINA	SPE/SF	
2.202.020.000	BENEFÍCIOS	SPE/SF	
2.202.020.100	REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA (QUARENTENA)	SPE/SF	
2.202.020.200	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	SPE/SF	
2.202.029.000	OUTROS BENEFÍCIOS	SPE/SF	
2.202.030.000	ENCARGOS	SPE/SF	
2.202.030.100	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SPE/SF	
2.202.030.200	PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	SPE/SF	
2.202.039.000	OUTRAS DESPESAS DE ENCARGOS SOCIAIS	SPE/SF	
2.202.900.000	OUTRAS DESPESAS COM DIRIGENTES	SPE/SF	
2.203.000.000	DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	SPE/SF	
2.203.010.000	HONORÁRIOS	SPE/SF	
2.203.020.000	PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	SPE/SF	
2.203.030.000	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	SPE/SF	
2.203.040.000	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SPE/SF	
2.203.900.000	OUTRAS DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	SPE/SF	
2.204.000.000	MATERIAIS E PRODUTOS	SPE/SF	
2.204.010.000	MATERIAIS PARA PRODUÇÃO	SPE/SF	
2.204.010.100	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.204.019.000	OUTROS MATERIAIS PARA PRODUÇÃO	SPE/SF	
2.204.020.000	PRODUTOS PARA REVENDA	SPE/SF	
2.204.030.000	MATERIAIS DE CONSUMO	SPE/SF	
2.204.030.100	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.204.039.000	DEMAIS	SPE/SF	
2.204.900.000	OUTROS MATERIAIS E PRODUTOS	SPE/SF	
2.205.000.000	SERVIÇOS DE TERCEIROS	SPE/SF	
2.205.010.000	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.205.020.000	CONSULTORIA	SPE/SF	
2.205.030.000	AUDITORIA	SPE/SF	
2.205.040.000	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	SPE/SF	
2.205.050.000	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	SPE/SF	
2.205.050.100	PUBLICIDADE LEGAL	SPE/SF	
2.205.050.200	PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA	SPE/SF	
2.205.050.300	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SPE/SF	

2.205.050.400	PATROCÍNIO	SPE/SF	
2.205.050.500	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	SPE/SF	
2.205.900.000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	SPE/SF	
2.206.000.000	TRIBUTOS	SPE/SF	
2.206.010.000	TRIBUTOS SOBRE A VENDA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	
2.206.020.000	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	SPE/SF	
2.206.020.100	IRPJ	SPE/SF	
2.206.020.200	CSLL	SPE/SF	
2.206.030.000	OUTROS TRIBUTOS	SPE/SF	
2.207.000.000	DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.207.010.000	ENCARGOS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
2.207.020.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	
2.207.021.000	NO PAÍS	SPE/SF	
2.207.021.100	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	
2.207.021.200	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	
2.207.021.300	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.207.021.310	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.207.021.320	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.207.021.330	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.207.021.390	OUTRAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.207.022.000	NO EXTERIOR	SPE/SF	
2.207.022.100	EMPRÉSTIMOS	SPE/SF	
2.207.022.200	FINANCIAMENTOS	SPE/SF	
2.207.022.300	ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.207.022.310	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.207.022.320	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.207.022.330	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.207.022.390	OUTRAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL FINANCEIRO	SPE/SF	
2.207.030.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	
2.207.040.000	ENCARGOS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
2.207.040.100	NO PAÍS	SPE	
2.207.040.200	NO EXTERIOR	SPE	
2.207.050.000	ENCARGOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
2.207.050.100	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	SF	
2.207.050.200	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SF	
2.207.050.300	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	SF	
2.207.059.0002.207.060.000	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRASENCARGOS SOBRE RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL	SFSF	
2.207.070.000	ENCARGOS DE FUNDOS	SPE/SF	
2.207.070.100	FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM	SF	
2.207.070.200	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SF	
2.207.070.300	FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC	SF	
2.207.070.400	FUNDO NACIONAL DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	SF	
2.207.070.500	FUNDOS CONSTITUCIONAIS	SF	
2.207.070.510	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE - FCO	SF	
2.207.070.520	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE	SF	
2.207.070.530	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	SF	
2.207.070.600	FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	
2.207.070.610	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FDA	SF	
2.207.070.620	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO	SF	
2.207.070.630	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE	SF	
2.207.070.690	OUTROS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	SF	
2.207.070.700	FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	
2.207.070.710	RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR	SPE	
2.207.070.720	CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	SPE	
2.207.070.730	CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC	SPE	
2.207.070.790	OUTROS FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	SPE	
2.207.079.000	OUTROS FUNDOS	SPE/SF	
2.207.080.000	ENCARGOS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.207.080.100	LETRAS	SPE/SF	
2.207.080.200	DEBÊNTURES	SPE/SF	
2.207.089.000	OUTRAS EMISSÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
2.207.090.000	DESCONTOS CONCEDIDOS NA VENDA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	
2.207.900.000	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
2.208.000.000	ABATIMENTOS CONCEDIDOS NA VENDA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	
2.290.000.000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	SPE/SF	
2.290.010.000	ÁGUA, ENERGIA E GÁS	SPE/SF	
2.290.020.000	ALUGUEL	SPE/SF	
2.290.030.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	
2.290.030.100	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.290.030.200	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.290.030.300	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.290.030.900	OUTRAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	
2.290.040.000	COMUNICAÇÕES	SPE/SF	
2.290.050.000	PROCESSAMENTO DE DADOS	SPE/SF	
2.290.050.100	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.290.050.200	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	SPE/SF	
2.290.050.300	PROJETOS EM FASE DE PESQUISA OU APERFEIÇOAMENTO DE SISTEMAS	SPE/SF	
2.290.059.000	OUTRAS DESPESAS COM PROCESSAMENTO DE DADOS	SPE/SF	
2.290.060.000	DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO	SPE/SF	
2.290.070.000	TRANSPORTE	SPE/SF	
2.290.080.000	VIAGENS	SPE/SF	
2.290.080.100	NO PAÍS	SPE/SF	
2.290.080.200	AO EXTERIOR	SPE/SF	
2.290.090.000	ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES	SPE/SF	
2.290.090.100	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.290.099.000	OUTRAS DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES	SPE/SF	
2.290.100.000	MULTAS	SPE/SF	
2.290.200.000	ROYALTIES	SPE/SF	
2.290.300.000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	SPE/SF	
2.290.300.100	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	SPE/SF	
2.290.390.000	OUTROS ADIANTAMENTOS	SPE/SF	
2.290.400.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU RESULTADOS	SPE/SF	
2.290.400.100	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE ADMINISTRADORES - RVA	SPE/SF	
2.290.400.200	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR	SPE/SF	
2.299.000.000	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	SPE/SF	
2.300.000.000	TOTAL DOS DISPÊNDIOS	SPE/SF	
2.400.000.000	OUTRAS DESPESAS	SPE/SF	
2.401.000.000	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	SPE/SF	
2.401.010.000	DEPRECIAÇÃO	SPE/SF	
2.401.010.100	IMÓVEIS	SPE/SF	
2.401.010.200	MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SPE/SF	
2.401.010.300	SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SPE/SF	
2.401.010.400	SISTEMAS DE SEGURANÇA	SPE/SF	
2.401.010.500	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	SPE/SF	
2.401.010.600	SISTEMAS DE TRANSPORTE	SPE/SF	
2.401.019.000	OUTRAS DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO	SPE/SF	
2.401.020.000	AMORTIZAÇÃO	SPE/SF	
2.401.030.000	EXAUSTÃO	SPE/SF	
2.402.000.000	PROVISÕES	SPE/SF	
2.402.010.000	DEMANDAS CÍVEIS	SPE/SF	
2.402.020.000	DEMANDAS FISCAIS	SPE/SF	
2.402.030.000	DEMANDAS TRABALHISTAS	SPE/SF	
2.402.040.000	PROCESSOS DEMANDAS AMBIENTAIS	SPE/SF	
2.402.050.000	OUTRAS DEMANDAS PROCESSOS JUDICIAIS	SPE/SF	
2.402.060.000	PERDAS POR REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)	SPE/SF	
2.402.070.000	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD	SPE/SF	
2.402.080.000	PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	
2.402.900.000	OUTRAS PROVISÕES	SPE/SF	
2.900.000.000	TOTAL GERAL DOS DISPÊNDIOS	SPE/SF	

Id: 2468722

Anexo I.C - Demonstração do Fluxo de Caixa - DFLUX			
CÓDIGO	ITENS ORÇAMENTÁRIOS	SETOR	VALORES
3.010.000.000	DISPONÍVEL INICIAL	SPE/SF	-
3.100.000.000	INGRESSOS DE CAPITAL	SPE/SF	-
3.100.010.000	AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
3.100.020.000	ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
3.100.030.000	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
3.100.040.000	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	-
3.100.050.000	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	-
3.100.060.000	OBTENÇÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
3.100.070.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOCONCEDIDAS	SF	-
3.100.080.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS CONCEDIDOS	SF	-

3.100.090.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOS CONCEDIDOS	SPE	
3.100.100.000	EMISSÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
3.100.200.000	RESGATE DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
3.100.300.000	SUBVENÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PRINCIPAL	SF	
3.100.400.000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
3.100.500.000	RESGATE DE PRINCIPAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
3.100.600.000	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	SF	
3.100.700.000	RECURSOS DE FUNDOS	SPE/SF	
3.100.800.000	RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	SPE/SF	
3.100.800.100	DEPÓSITOS À VISTA	SPE/SF	
3.100.800.200	DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
3.100.900.000	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	
3.101.000.000	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SPE/SF	
3.102.000.000	SUBSÍDIOS DO TESOIRO NACIONAL	SPE/SF	
3.190.000.000	OUTROS INGRESSOS DE CAPITAL	SPE/SF	
3.200.000.000	INGRESSOS CORRENTES	SPE/SF	
3.200.010.000	RECEBIMENTO PELA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	SPE	
3.200.020.000	TARFAS E SERVIÇOS BANCÁRIOS	SF	
3.200.030.000	ALUGUEL	SPE/SF	
3.200.050.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	
3.200.060.000	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	SPE/SF	
3.200.070.000	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO BAIXADO COMO PREJUÍZO	SPE/SF	
3.200.080.000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL CEDIDO	SPE/SF	
3.200.090.000	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	SPE/SF	
3.200.100.000	RECEITAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
3.200.101.000	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SF	
3.200.102.000	RENDAS DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SF	
3.200.103.000	SUBVENÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ENCARGOS FINANCEIROS	SF	
3.200.104.000	RENDAS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
3.200.105.000	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
3.200.106.000	RENDAS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
3.200.107.000	RENDAS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
3.200.190.000	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
3.290.000.000	OUTROS INGRESSOS CORRENTES	SPE/SF	
3.700.000.000	TOTAL DOS INGRESSOS	SPE/SF	
3.800.000.000	TOTAL DOS RECURSOS	SPE/SF	
4.100.000.000	SAÍDAS DE CAPITAL	SPE/SF	
4.101.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS	SPE/SF	
4.102.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OUTROS CRÉDITOS OBTIDOS	SPE/SF	
4.103.000.000	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOS OBTIDOS	SPE	
4.104.000.000	CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SF	
4.105.000.000	CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SF	
4.106.000.000	CONCESSÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
4.107.000.000	INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	SPE/SF	
4.107.010.000	IMOBILIZADO	SPE/SF	
4.107.020.000	INTANGÍVEL	SPE/SF	
4.108.000.000	INVERSÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
4.190.000.000	OUTRAS SAÍDAS DE CAPITAL	SPE/SF	
4.190.010.000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	
4.190.020.000	RESGATE DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
4.190.030.000	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL - DEVOLUÇÃO DE PRINCIPAL	SF	
4.190.040.000	FUNDOS - DEVOLUÇÃO DE RECURSOS - PRINCIPAL	SPE/SF	
4.190.050.000	DEPÓSITOS	SPE/SF	
4.190.050.100	DEPÓSITOS À VISTA	SPE/SF	
4.190.050.200	DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
4.190.060.000	AQUISIÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
4.190.070.000	RESGATE DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
4.190.090.000	DESPESAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	
4.190.100.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS ACIONISTAS	SPE/SF	
4.190.200.000	REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	
4.199.000.000	DEMAIS SAÍDAS DE CAPITAL	SPE/SF	
4.200.000.000	SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	
4.201.000.000	DESPESAS DE PESSOAL	SPE/SF	
4.202.000.000	DESPESAS COM DIRIGENTES	SPE/SF	
4.203.000.000	DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	SPE/SF	
4.204.000.000	MATERIAIS E PRODUTOS	SPE/SF	
4.205.000.000	SERVIÇOS DE TERCEIROS	SPE/SF	
4.206.000.000	TRIBUTOS	SPE/SF	
4.207.000.000	DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
4.207.010.000	ENCARGOS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	
4.207.020.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	
4.207.030.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	
4.207.040.000	ENCARGOS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	
4.207.050.000	ENCARGOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	
4.207.060.000	ENCARGOS SOBRE RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	SF	
4.207.070.000	ENCARGOS DE FUNDOS	SPE/SF	
4.207.080.000	ENCARGOS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	
4.207.900.000	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	
4.290.000.000	OUTRAS SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	
4.290.010.000	ÁGUA, ENERGIA E GÁS	SPE/SF	
4.290.020.000	ALUGUEL	SPE/SF	
4.290.030.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	
4.290.040.000	COMUNICAÇÕES	SPE/SF	
4.290.050.000	PROCESSAMENTO DE DADOS	SPE/SF	
4.290.060.000	DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO	SPE/SF	
4.290.070.000	TRANSPORTE	SPE/SF	
4.290.080.000	VIAGENS	SPE/SF	
4.290.090.000	ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES	SPE/SF	
4.290.100.000	MULTAS	SPE/SF	
4.290.200.000	ROYALTIES	SPE/SF	
4.290.300.000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	SPE/SF	
4.290.400.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU RESULTADOS	SPE/SF	
4.299.000.000	DEMAIS SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	
4.800.000.000	TOTAL DAS SAÍDAS	SPE/SF	
4.900.000.000	DISPONÍVEL FINAL	SPE/SF	

Id: 2468723

Anexo I.D - Fechamento do Fluxo de Caixa - FEFCx

CÓDIGO	ITENSORÇAMENTÁRIOS	VALORES
5.101.000.000	DISPONÍVEL INICIAL	
5.102.000.000	TOTAL DOS RECURSOS	
5.103.000.000	TOTAL DOS DISPÊNDIOS	
5.104.000.000	SUBTOTAL	
5.106.000.000	VARIAÇÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	
5.107.000.000	VARIAÇÃO DAS ORIGENS DE RECURSOS	
5.109.000.000	AJUSTE DE RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	
5.900.000.000	DISPONÍVEL FINAL	

Id: 2468724

Anexo I.E - Usos e Fontes - UF

NOMENCLATURA DO ITEM ORÇAMENTÁRIO	SETOR	VALORES
1 DESPESAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
2 AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS	SPE/SF	-
3 NO PAÍS	SPE/SF	-
4 NO EXTERIOR	SPE/SF	-
5 AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS OBTIDOS	SPE/SF	-
6 AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOS OBTIDOS	SPE	-
7 CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SF	-
8 CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SF	-
9 CONCESSÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
10 INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	SPE/SF	-
11 IMOBILIZADO	SPE/SF	-
12 INTANGÍVEL	SPE/SF	-
13 INVERSÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
14 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
15 DESPESAS CORRENTES	SPE/SF	-
16 DESPESAS DE PESSOAL	SPE/SF	-
17 DESPESAS COM DIRIGENTES	SPE/SF	-
18 DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	SPE/SF	-
19 MATERIAIS E PRODUTOS	SPE/SF	-

20	SERVIÇOS DE TERCEIROS	SPE/SF	-
21	TRIBUTOS	SPE/SF	-
22	DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	-
23	ABATIMENTOS CONCEDIDOS NA VENDA DE BENS E SERVIÇOS	SPE/SF	-
24	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	SPE/SF	-
25	TOTAL DOS USOS	SPE/SF	-
26	RECEITAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
27	AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
28	APORTES DO TESOIRO NACIONAL	SPE/SF	-
29	APORTES DE EMPRESAS ESTATAIS	SPE/SF	-
30	OUTROS RECURSOS PARA AUMENTO DOPATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
31	ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
32	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
33	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	-
34	NO PAÍS	SPE/SF	-
35	NO EXTERIOR	SPE/SF	-
36	OBTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	-
37	OBTENÇÃO DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
38	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DECRÉDITO CONCEDIDAS	SF	-
39	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE OUTROSCRÉDITOS CONCEDIDOS	SF	-
40	AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE MÚTUOSCONCEDIDOS	SPE	-
41	EMISSÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
42	RESGATE DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
43	SUBVENÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PRINCIPAL	SF	-
44	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	-
45	RESGATE DE PRINCIPAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
46	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	SF	-
47	RECURSOS DE FUNDOS	SPE/SF	-
48	RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	SPE/SF	-
49	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	-
50	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SPE/SF	-
51	SUBSÍDIOS DO TESOIRO NACIONAL	SPE/SF	-
52	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
53	RECEITAS CORRENTES	SPE/SF	-
54	TOTAL DOS FONTES	SPE/SF	-
55	VARIAÇÃO PATRIMONIAL	SPE/SF	-
56	AJUSTE DE RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	-
57	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	SPE/SF	-
58	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	SPE/SF	-

Id: 2468725

Anexo I.F - Resultado Primário / Nominal			
CÓDIGO	ITENS ORÇAMENTÁRIOS	SETOR	VALORES
3.100.000.000	INGRESSOS DE CAPITAL	SPE/SF	-
3.100.010.000	AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
3.100.020.000	ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
3.100.030.000	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	SPE/SF	-
3.100.900.000	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	-
3.101.000.000	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SPE/SF	-
3.102.000.000	SUBSÍDIOS DO TESOIRO NACIONAL	SPE/SF	-
3.190.000.000	OUTROS INGRESSOS DE CAPITAL	SPE/SF	-
3.200.000.000	INGRESSOS CORRENTES	SPE/SF	-
3.200.010.000	RECEBIMENTO PELA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	SPE	-
3.200.030.000	ALUGUEL	SPE/SF	-
3.200.050.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	-
3.200.060.000	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	SPE/SF	-
3.200.070.000	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO BAIXADO COMO PREJUÍZO	SPE/SF	-
3.200.080.000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL CEDIDO	SPE/SF	-
3.200.090.000	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	SPE/SF	-
3.290.000.000	OUTROS INGRESSOS CORRENTES	SPE/SF	-
3.700.000.000	TOTAL DOS INGRESSOS	SPE/SF	-
4.100.000.000	SAÍDAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
4.107.010.000	IMOBILIZADO	SPE/SF	-
4.107.020.000	INTANGÍVEL	SPE/SF	-
4.108.000.000	INVERSÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
4.190.090.000	DESPESAS DE PARTICIPAÇÕES	SPE/SF	-
4.190.100.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS ACIONISTAS	SPE/SF	-
4.190.200.000	REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SPE/SF	-
4.199.000.000	DEMAIS SAÍDAS DE CAPITAL	SPE/SF	-
4.200.000.000	SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	-
4.201.000.000	DESPESAS DE PESSOAL	SPE/SF	-
4.202.000.000	DESPESAS COM DIRIGENTES	SPE/SF	-
4.203.000.000	DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	SPE/SF	-
4.204.000.000	MATERIAIS E PRODUTOS	SPE/SF	-
4.205.000.000	SERVIÇOS DE TERCEIROS	SPE/SF	-
4.206.000.000	TRIBUTOS	SPE/SF	-
4.290.000.000	OUTRAS SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	-
4.290.010.000	ÁGUA, ENERGIA E GÁS	SPE/SF	-
4.290.020.000	ALUGUEL	SPE/SF	-
4.290.030.000	ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	SPE/SF	-
4.290.040.000	COMUNICAÇÕES	SPE/SF	-
4.290.050.000	PROCESSAMENTO DE DADOS	SPE/SF	-
4.290.060.000	DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO	SPE/SF	-
4.290.070.000	TRANSPORTE	SPE/SF	-
4.290.080.000	VIAGENS	SPE/SF	-
4.290.090.000	ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES	SPE/SF	-
4.290.100.000	MULTAS	SPE/SF	-
4.290.200.000	ROYALTIES	SPE/SF	-
4.290.300.000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	SPE/SF	-
4.290.400.000	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU RESULTADOS	SPE/SF	-
4.299.000.000	DEMAIS SAÍDAS CORRENTES	SPE/SF	-
	TOTAL DAS SAÍDAS	SPE/SF	-
(+) SUPERAVIT PRIMÁRIO / DEFICIT PRIMÁRIO (-)			-

RECEITAS FINANCEIRAS			VALORES
3.200.104.000	RENDAS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
3.200.105.000	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SPE/SF	-
3.200.106.000	RENDAS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	-
3.200.107.000	RENDAS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
3.200.190.000	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	SPE/SF	-
	TOTAL DE RECEITAS FINANCEIRAS		-
DESPESAS FINANCEIRAS			
4.207.010.000	ENCARGOS DE DEPÓSITOS A PRAZO	SPE/SF	-
4.207.020.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SPE/SF	-
4.207.030.000	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE OUTROS CRÉDITOS	SPE/SF	-
4.207.040.000	ENCARGOS DE MÚTUOS COM EMPRESAS	SPE	-
4.207.050.000	ENCARGOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SF	-
4.207.070.000	ENCARGOS DE FUNDOS	SPE/SF	-
4.207.080.000	ENCARGOS DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO	SPE/SF	-
4.207.900.000	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	SPE/SF	-
	TOTAL DE DESPESAS FINANCEIRAS		-
	TOTAL DE RESULTADO FINANCEIRO		-
(+) SUPERAVIT NOMINAL / DEFICIT NOMINAL (-)			-

Id: 2468726

Anexo II
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Posição do Endividamento - Acompanhamento Mensal

EMPRESA		REFERÊNCIA					
Razão Social		mês :					
		ano :		Valores em R\$ mil			
ENDIVIDAMENTO	Nº da	PASSIVO CIRCULANTE		Total do	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	TOTAL DO	
Natureza	Linha	Vencido	A vencer até 360 dias	Passivo Circulante	(mais de 360 dias)	ENDIVIDAMENTO	
OBRIGAÇÕES A PAGAR (exceto Sentenças Judiciais a Pagar e Dividendos a Distribuir)	01	-	-	-	-		
Fornecedores e Credores	02	-	-	-	-		
Pessoal a Pagar	03	-	-	-	-		
Encargos Sociais a Recolher	04	-	-	-	-		

Obrigações Tributárias	05	-	-	-	-	-
Obrigações de Exercícios Anteriores	06	-	-	-	-	-
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	07	-	-	-	-	-
União, Estados e Municípios	08	-	-	-	-	-
Créditos de Terceiros	09	-	-	-	-	-
FINANCIAMENTOS EM CIRCULAÇÃO	10	-	-	-	-	-
Principal do Financiamento	11	-	-	-	-	-
Juros do Financiamento	12	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNAS	13	-	-	-	-	-
União	14	-	-	-	-	-
Contratos de Empréstimos	15	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito	16	-	-	-	-	-
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17	-	-	-	-	-
Adiantamentos de Terceiros	18	-	-	-	-	-
Bens em Consignação	19	-	-	-	-	-
PROVISÕES	20	-	-	-	-	-
Provisões Trabalhistas	21	-	-	-	-	-
Provisão para Indenizações Cíveis	22	-	-	-	-	-
Provisão para Impostos e Contribuições Fiscais	23	-	-	-	-	-
Outras Provisões inclusive para Contingências	24	-	-	-	-	-
CONTROLE DE OBRIGAÇÕES - PAT	25	-	-	-	-	-
Obrigações Sociais e Fiscais (exceto Parcelamento - PAES)	26	-	-	-	-	-
Parcelamento - PAES	27	-	-	-	-	-
Obrigações Contratuais	28	-	-	-	-	-
Outras Obrigações a Pagar	29	-	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS	30	-	-	-	-	-
Depósitos	31	-	-	-	-	-
Sentenças Judiciais a Pagar	32	-	-	-	-	-
Dividendos a Distribuir	33	-	-	-	-	-
Receitas Diferidas	34	-	-	-	-	-
T O T A L	35	-	-	-	-	-
Responsável pelas Informações						
Nome :						Data
Assinatura :	Cargo :					Telefone
Para maiores esclarecimentos, favor contatar a SEPLAG no						Fax
telefone (021) 2332-7065.						

Id: 2468727

DECRETO Nº 48.446 DE 31 DE MARÇO DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA, SEM AUMENTO DE DESPESA, A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SEDEICS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto no Processo nº SEI-220012/000338/2023,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública, insculpidos no artigo 37 da CRFB/88;
- que a reforma administrativa trará para o Estado do Rio de Janeiro maior eficiência nos atos de gestão;
- que a presente reforma administrativa não acarretará aumento de despesa;
- o Decreto nº 48.390 de 08/03/2023, que altera e consolida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e
- que compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, sem aumento de despesa, as Unidades Administrativas mencionadas no Anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Ficam alteradas, sem aumento de despesa, as nomenclaturas das Unidades Administrativas mencionadas no Anexo II ao presente Decreto.

Art. 3º - Ficam extintas as Unidades Administrativas mencionadas no Anexo III ao presente Decreto.

Art. 4º - Fica alterada, sem aumento de despesa, a subordinação da **Assessoria de Comunicação** para Subsecretaria Adjunta de Comunicação, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Art. 5º - Fica alterada e consolidada, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - SEDEICS, na forma indicada abaixo:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SEDEICS

I - FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - SEDEICS, tem como finalidade melhorar o ambiente de negócios no Rio de Janeiro, tornando-o propício ao crescimento, à rentabilidade e ao fomento de novas tecnologias.

Para isso, tem como prioridades a diversificação da economia fluminense, a valorização das vocações econômicas regionais e o fortalecimento das cadeias produtivas do Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos que estimulem o empreendedorismo e novos modelos de negócios e voltados para o desenvolvimento econômico, a SEDEICS espera criar inúmeras e diversificadas oportunidades para o Estado.

II - ORGANIZAÇÃO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - SEDEICS será dirigida por um Secretário de Estado, que será substituído e representado em seus impedimentos, afastamentos legais ou sempre que necessário, pelo titular da Subsecretaria Adjunta de Projetos Estratégicos.

III - A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SEDEICS para o cumprimento de suas finalidades institucionais terá a seguinte estrutura básica:

- Gabinete do Secretário
 - Assessoria Jurídica
 - Chefia de Gabinete
 - Superintendência de Gestão de Pessoas
 - Coordenadoria de Recursos Humanos
 - Assessoria de Recursos Humanos
 - Superintendência de Retenção e Atração de Investimentos
 - Coordenadoria da Secretaria Executiva da CPPDE
 - Superintendência Administração das Vinculadas
 - Superintendência do Fundo Soberano
 - Coordenadoria Financeira do Fundo Soberano
 - Assessoria do Conselho Gestor do Fundo Soberano
 - Assessoria Legislativa
 - Corregedoria
 - Ouvidoria
 - Assessoria de Controle Interno
 - Subsecretaria Executiva
 - Diretoria Geral de Administração e Finanças - DGAF
 - Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
 - Assessoria de Planejamento
 - Divisão de Suprimentos e Logística
 - Assessoria de Suprimentos e Licitações
 - Divisão de Compras e Almoxarifado
 - Coordenadoria de Contratos
 - Divisão de Patrimônio
 - Divisão de Logística
 - Divisão de Protocolo e Arquivo
 - Divisão de Serviços Gerais
 - Assessoria de Contabilidade
 - Assessoria de Tecnologia da Informação
 - Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO
 - Subsecretaria Adjunta de Projetos Estratégicos
 - Superintendência de Empreendedorismo da Micro e da Pequena Empresa
 - Coordenadoria de Empreendedorismo da Micro e da Pequena Empresa

3.1.1.1. Assessoria de Empreendedorismo da Micro e da Pequena Empresa

3.1.2. Assessoria de Projetos

3.2. Superintendência de Inovação e Competitividade Setorial

3.2.1. Coordenadoria de Inovação e Competitividade Setorial

3.2.1.1. Assessoria de Inovação e Competitividade Setorial

3.2.2. Assessoria de Projetos

4. Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços

4.1. Superintendência de Indústria, Comércio e Serviços

4.1.1. Coordenadoria de Indústria, Comércio e Serviços

4.1.1.1. Assessoria de Indústria, Comércio e Serviços

4.2. Superintendência de Inovação e Sustentabilidade

4.2.1. Coordenadoria de Inovação e Sustentabilidade

4.2.1.1. Assessoria de Inovação e Sustentabilidade

4.3. Superintendência de Infraestrutura e Logística

4.3.1. Coordenadoria de Infraestrutura e Logística

4.3.1.1. Assessoria de Infraestrutura e Logística

5. Subsecretaria Adjunta de Comunicação

5.1. Superintendência de Comunicação

5.1.1. Coordenadoria de Comunicação

5.1.1.1. Assessoria de Comunicação

6. Entes Vinculados

Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA

Agência Estadual de Fomento - AGERIO

Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES

Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses - FREMF

Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro - CPPDE

Conselho Gestor do Fundo Soberano - CGFS

Conselho Consultivo do Fundo Soberano - CCFS

Art. 6º - Ficam transformados, sem aumento de despesa, os cargos em comissão na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - SEDEICS, conforme Anexo IV.

§ 1º - De forma a viabilizar a transformação de cargos comissionados do caput, fica exonerada a servidora mencionada no Anexo IV ao presente Decreto.

§ 2º - Fica nomeada a servidora conforme Anexo IV ao presente Decreto.

§ 3º - O saldo remanescente da transformação efetuada no caput deste artigo fica transferido para a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

ANEXO I	
Unidades Administrativas criadas sem aumento de despesa	Subordinação
Subsecretaria Adjunta de Comunicação	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
Superintendência de Comunicação	Subsecretaria Adjunta de Comunicação
Coordenadoria de Comunicação	Superintendência de Comunicação
Superintendência de Inovação e Sustentabilidade	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Coordenadoria de Inovação e Sustentabilidade	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Assessoria de Inovação e Sustentabilidade	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO	Subsecretaria Executiva

ANEXO II		
Unidades Administrativas com Nomenclaturas Alteradas		
Denominação Anterior	Nova Nomenclatura	Subordinação
Superintendência de Indústria	Superintendência de Indústria, Comércio e Serviços	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Coordenadoria de Indústria	Coordenadoria de Indústria, Comércio e Serviços	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Assessoria de Indústria	Assessoria de Indústria, Comércio e Serviços	Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços

ANEXO III	
Unidades Administrativas extintas	
Superintendência de Comércio e Serviços	
Coordenadoria de Comércio e Serviços	
Assessoria de Comércio e Serviços	

ANEXO IV						
Transformação de Cargos e Nomeação de Servidor						
Cargos e Símbolos a serem transformados				Cargo e Símbolo Resultante		
Quantitativo	Símbolo	Cargo em Comissão	Id. Funcional	Símbolo	Cargo em comissão	Quantitativo
1	DG	Assessor Chefe	50872206	SA	Subsecretário Adjunto	01